

AS MEDIDAS, NO CARDÁPIO DO FMI.



Milliet e Gärtenkraut (fotos) tratam de negociação da dívida que, segundo o ministro Abreu, ficou mais fácil com as medidas de ontem. E elas são só "um antepasto", porque virão mais medidas de austeridade.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, negou ontem que o Brasil tenha chegado já a um acordo com os bancos credores sobre o montante e os **spreads** aplicáveis ao acordo de médio prazo que está sendo negociado em Nova York. Entretanto, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, afirmou que a limitação dos empréstimos ao setor público, decretada ontem, poderá acelerar as negociações. "Esse é apenas um antipasto", disse João Batista, salientando que virão outras medidas de austeridade.

Milliet desmentiu categoricamente que tenha havido uma definição. Quando o repórter começou a enumerar os pontos divulgados na edição de ontem do **Jornal da Tarde** — montante de US\$ 6,1 bilhões, **spread** de 0,8125 — o presidente do Banco Central disse: "Eu li o jornal e não há acordo".

Já o ministro do Planejamento preferiu falar sobre a limitação de empréstimos, qualificando-a como uma medida "potente" para conter o déficit e prognosticando

que ela será certamente bem recebida pelos credores e pelo FMI. Ele lembrou que o governo já tinha adotado providência semelhante em 1983, ao discutir um acordo com o FMI que exige, de todos os países com os quais negocia, reduções drásticas do déficit público.

Chefe da missão

O trabalho de levantamento do déficit público, feito pelo polonês Michal Gartenkraut, a pedido do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, valeu-lhe a designação, ontem, para chefiar a delegação técnica brasileira que, a partir da próxima segunda-feira, reatará as relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), dando partida à montagem de um acordo **stand-by** de 12 a 18 meses.

Michal foi secretário-geral do Ministério do Planejamento na gestão de Aníbal Teixeira. Mas não é o mesmo homem subestimado, que, diante de dezenas de jornalistas e das câmeras de televisão, foi acusado por Aníbal de sabotar sistematicamente o orça-

mento da União, principalmente as dotações destinadas aos programas sociais do governo. Para Gartenkraut — dizia Aníbal — nada importa o social: sua visão é exclusivamente econômica.

"Ele deu a volta por cima", exclamam entusiasmados seus assessores que com ele vieram trabalhar na Secretaria Geral da Sepplan, onde ficaram ilhados durante os nove meses da administração Aníbal Teixeira. O ministro jamais aceitou a imposição de Michal pelo Planalto e decidiu isolá-lo.

Michal, que vinha do Ipea, chegou aos escalões superiores da área econômica pelo braço do professor Luiz Paulo Rosemberg, em junho de 1985 designado assessor econômico do presidente Sarney, com sala privativa no Palácio do Planalto, um andar abaixo do gabinete do Presidente.

Quando Rosemberg foi expulso, por exigência do então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, Michal permaneceu no Planalto a pedido do genro do presidente, Jorge Murad, impressionado com

a sua capacidade de trabalho e sobretudo sua posição de independência. Com Miguel Ethel, que foi companheiro de Murad na diretoria da Caixa Econômica, até sua demissão pelo presidente Figueiredo, Michal realizou vários trabalhos de acompanhamento da **performance** da economia e preparou alguns **papers positions** que orientaram a tomada de posição do governo em relação a alguns problemas.

Com a saída de Sayad da Sepplan e a designação de Aníbal Teixeira surgiu a chance do aproveitamento de Michal. Murad defendeu junto a Sarney sua designação para a Secretaria Geral, mesmo sabendo que o candidato de Aníbal era o economista Carlos Lessa, do BNDES.

Com a saída de Aníbal, seu propósito era continuar na Sepplan, mas o ministro Mailson da Nóbrega decidiu convocá-lo para chefiar um grupo de levantamento do déficit público, cujo embrião, ampliado, transformou-se na missão que seguiu para os Estados Unidos.